

# A economia criativa e o campo étnico-quilombola: o caso Kalunga

The creative economy and the ethnic-maroon's field: The Kalunga case

Thais Alves Marinho<sup>1</sup>  
thais\_marinho@hotmail.com

## Resumo

*A postura e as práticas de cada ator do campo étnico-quilombola geram possibilidades e constrangimentos institucionais, que orientam os sentidos dos moradores da comunidade Kalunga, segundo o arbítrio de seus respectivos habitus historicamente formados, mas contornados pelos saberes acessados ao longo do desenvolvimento ontogenético. São essas redes de interdependência que serão analisadas a seguir, visando compreender como os saberes são adquiridos e acomodados, num ambiente de lutas entre diretrizes que visam a atender as demandas racionalistas e interessadas do mercado aos moldes liberais, gerando falso reconhecimento numa perspectiva formalista de igualdade, e entre diretrizes que buscam valorizar a particularidade desses grupos, numa tentativa de gerar reconhecimento e autonomia identitária, numa perspectiva comunitarista do multiculturalismo, que habilita a economia criativa. Os embates entre essas posturas geram desafios para a gestão desse emergente setor, que serão analisados a seguir.*

**Palavras-chave:** economia criativa, identidade Kalunga, reconhecimento.

## Abstract

*The attitude and practices of each actor of the ethnic-maroon field generate possibilities and institutional constraints that guide the senses of the residents of the Kalunga community, based upon the will of their respective habitus that have been formed historically, but circumvented by the knowledge accessed throughout the ontogenetic development. It is these networks of interdependence that will be analyzed below in order to understand how knowledge is acquired and settled in an environment of struggles between guidelines that either aim to satisfy the rationalist and interested markets' demands of the liberal mold, generating false recognition in a formalistic perspective of equality, or that seek to enhance the particularity of these groups in an attempt to generate recognition and autonomy of their identity, in a communitarian perspective of multiculturalism, which supports the creative economy. The struggles between these two approaches bring challenges to the management of this emergent sector, which will be analyzed below.*

**Key words:** creative economy, Kalunga identity, recognition.

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, pós-doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Departamento de História, Geografia e Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 1ª Avenida, 1069, Setor Leste Universitário, 74605-020, Goiânia, GO, Brasil. Esse trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

## Introdução

A comunidade remanescente de quilombo Kalunga<sup>2</sup>, no nordeste goiano, desde o envolvimento da antropóloga Mari Baiocchi, em 1982, do advento do artigo 68 dos Atos dos Dispositivos Transitórios da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da criação da Fundação Cultural Palmares, engajou-se numa luta por reconhecimento identitário, visando a regulamentação do secular território e do modo de vida próprio, ameaçado pela invasão de fazendeiros, grileiros, projetos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), entre outros. Nessa batalha pela sobrevivência, pela permanência em suas terras e pela preservação cultural, esse grupo tornou-se o plano-piloto dessa mudança de paradigma na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, que deu continuidade em seu governo à superação do mito da democracia racial denunciado pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

Desde então, o governo petista encampou esforços para o empoderamento da sociedade civil brasileira, estabelecendo a cultura como um instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, como indica o Programa Brasil Quilombola de 2004, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, e o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.243 de 02/12/2010, entre outros. No governo de Dilma Rousseff, essas ações culminaram na criação da Secretaria da Economia Criativa em junho de 2012, que visa conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros, com um eixo voltado para sítios culturais, para as manifestações tradicionais, para a cultura afro-brasileira e popular, para o artesanato, para a dança, entre outros.

Inúmeras iniciativas ocorreram nesse intervalo na comunidade Kalunga visando ampliar a satisfação da cidadania por meio da valorização da identidade quilombola (Marinho, 2008). Todos os programas governamentais e as ações da sociedade civil na comunidade buscam fortalecer os vínculos comunitários e culturais, oferecendo alternativas para obtenção de renda e crédito, visando aperfeiçoar suas habilidades e técnicas, resgatar as tradições ameaçadas, administrar melhor o manejo com a natureza, com o território, com as leis, com o mercado, com os benefícios, garantindo maior visibilidade e autonomia aos moradores, com certo foco na atividade turística. Muitas das ações visam gerar um ciclo de criação, produção, distribuição e consumo alimentando o mercado de bens simbólicos, consolidando o setor criativo, recém-formalizado.

Por trás desse cenário, no entanto, escondem-se debates milenares acerca do entendimento humano, dos limites da

subjetividade e das competências criativas humanas, e também debates contemporâneos acerca da posse e do uso territorial, da compreensão sobre identidade étnica, sobre os quilombolas, sobre a negritude, sobre a cultura, sobre a diferença e mesmo sobre a democracia, presentes no arcabouço político-jurídico que reconhece seu estatuto identitário e, portanto, os termos de sua territorialidade. Tais dilemas estão presentes nas práticas políticas que gerem os interesses, as iniciativas, as verbas e os benefícios concedidos aos moradores da região, também nas práticas educacionais e pedagógicas voltadas para os Kalunga, entre outros.

Esse artigo visa discutir os principais desafios postos para a inserção dessa comunidade na economia criativa. O pressuposto fundamental é de que para esse mercado se consolidar se faz necessário estimular e aproveitar as competências criativas, o que requer espaço para que os indivíduos e os grupos se autodefinam e sejam reconhecidos por aquilo que lhes é próprio, alcançando a dignidade humana. Esse direito tem sido cassado pelos setores liberais e conservadores que legislam sobre o assunto, como demonstra a postura da bancada ruralista, formada pelo Democratas, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além de outros opositores como jornalistas, atrizes, atores, fazendeiros, empresários, juristas, entre outros.

Os resultados e discussões aqui apresentados referem-se a investigação que ocorreu por meio da observação participante na comunidade entre 2004 e 2012, que se alternou com a participação observante em algumas ações implementadas pela sociedade civil na comunidade. Outras informações foram obtidas por meio de entrevistas e consultas a documentos de órgãos federais, estaduais e municipais voltados à regulação das diretrizes políticas, econômicas, sociais, territoriais e jurídicas do que venho chamando de campo étnico-quilombola, como: a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Igualdade Racial (SEPPIR), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Cultura (MinC), a Superintendência de Promoção e Igualdade Racial de Goiás (SUPPIR/GO), o Conselho Estadual da Igualdade Racial (CONIR), a Secretaria Municipal da Mulher e da Igualdade Racial (SEMIRA) de Cavalcante, em Goiás, além do INCRA-GO. Além desses atores governamentais, dos opositores e dos próprios quilombolas, também compõem esse campo: o movimento negro e o movimento quilombola por meio do MNU, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e da Coordenação de Comunidades Quilombolas do Movimento Negro de Goiás (CONEREGO).

A postura de cada um desses atores do campo define limites e possibilidades de ações e práticas, que podem tanto

<sup>2</sup> A comunidade abrange os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, é constituída por cerca de 3.750 pessoas e divide-se em 62 povoados distribuídos por quatro Agrupamentos: Vão de Almas, Vão do Moleque, Vão da Cotenda e Ribeirão dos Bois. (Perfil das Comunidades Quilombolas, 2004).

aproveitar as competências criativas quanto impedi-las ou obscurecê-las. O medidor dessa equação, que é o ponto em comum entre as diferentes diretrizes erigidas dentro do campo, gira em torno da questão da autonomia política e identitária, relativas à satisfação da cidadania e da dignidade humana, sendo que o embate se dá em torno da gestão dessa igualdade e do direito à identidade.

## Velhos paradigmas

A velha gnosiologia racionalista promulga, desde a ascensão da escrita, ainda na época de Platão e Aristóteles, a soberania da consciência e da razão sobre os desejos e a vontade, depois levada ao extremo pela visão cristã de Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Com base nessa expectativa, já em tempos modernos, é depositada toda confiança na autonomia humana, fundada sobre uma concepção utilitarista e solipsista de indivíduo, que ignora toda diferença e diversidade, vistas como desvios da racionalidade. A subjetividade foi reduzida aos arbítrios da razão, que garantiria o controle racional sobre o corpo e sobre a vontade humana, o que levaria inevitavelmente ao progresso. Essa visão alimentou uma política do igual respeito, despersonalista, como analisa Taylor (1998), já que a autonomia dispensaria estratégias sociais e políticas que visem superar as desigualdades, vistas como inevitáveis, o que contribuiu para os três tipos de dominação mais frequentes na nossa sociedade: a dominação de classe, a dominação de gênero (atribuída ao sexo) e a de "raça" (atribuída à cor da pele e/ou local de nascimento).

Para a legitimação dessa ordem, todo um aparato de controle das motivações e dos sentidos individuais foi montado de forma eletiva para atender às demandas da ascendente sociedade burguesa, o que permitiu a difusão do desencantamento por meio do controle do corpo e das identidades, pela imposição de etiquetas e disciplinas numa psicopedagogia universalizante presente nas principais instituições sociais como a família, a religião, a escola, o mercado, a ciência e a política, como bem analisou Elias (1994) em *O processo civilizador*. Esse esforço de inculcação do saber racional demonstra, no entanto, o caráter artificial dessa expressão racionalista, sugerindo que outras propriedades são condicionantes da própria reflexividade, como as emoções postas mesmo por Durkheim (2003) no jogo de convencimento para as coerções sociais, que se tornam eficientes apenas pela efervescência coletiva, que a consciência moral gera nos indivíduos durante os ritos, como ocorre durante as novenas do império de Nossa Senhora do Livramento e de Nossa senhora

d'Abadia, dentre outros rituais Kalunga, como a matula, a dança da Sussa e Boilé.

No caso do Brasil, como um todo, essa racionalização inicialmente busca atender as aspirações da aristocracia rural que se baseava no trabalho escravo, organizado sob uma rotina de privações, violências e subjugação identitária, que delimitaram os contornos racistas e discriminatórios dessa "ética inarticulada" brasileira, incorporada em um formalismo autoritário camuflado sob o véu da imparcialidade sobre a descrição dos valores.

Por isso, essa postura universalista acredita que podemos escolher bens e normas baseados apenas em uma racionalidade argumentativa e procedural, que se expressa especialmente na noção de paraíso e democracia racial, originada no Brasil colonial (Carvalho, 2007), como podemos interpretar pelos escritos de Gilberto Freyre (1998) ou de Nina Rodrigues (1890), por exemplo, e que foi perpetuada até o século XX, apesar dos esforços dos participantes do projeto UNESCO de 1950<sup>3</sup>. A crença racista é de que, se o negro for "bem educado", será devidamente absorvido pela sociedade, fato que evidencia o caráter não oficial do preconceito no Brasil, como já salientou Schwarcz (2001), já que prevalecia, até o início do século XXI, a universalidade dos direitos, embora no mercado de trabalho e na escola, especialmente, prevaleçam a discriminação e o preconceito, gerando altos índices de desigualdade racial.

Esse ambiente, cuja marca é a ausência de uma linguagem clara que permita aos indivíduos distinguir uma vida plena e desejável de uma vida de frustração, estabelece o tom da inarticulação dessa ética naturalista como denuncia Charles Taylor (1997). Afinal, apesar da política do igual-respeito prezar a identidade, para os diferentes surgem obstáculos na linguagem cotidiana, utilizada na fala, nos gestos, nos olhares, que estruturam os pensamentos, impressões, percepções, sentidos estéticos, gostos, portanto, delimitam a motivação e o sentido das ações sociais; e especialmente na linguagem formal, contida no direito, na política, na economia, no mercado, na escola que legitimam ou marginalizam aqueles que poderão usufruir de dignidade e cidadania, portanto, valorizam ou desaprovam determinados grupos, estilos, condutas, estéticas e gostos. A imensa desigualdade social e racial no Brasil parece indicar que o limite entre um grupo reconhecido e outro descredenciado parece ser fundamental para a liberdade e a qualidade de vida dos indivíduos que atuam ou querem atuar no campo societal.

Afinal, por trás do arcabouço supostamente igualitário e universalista da democracia racial, escondem-se diretrizes que privilegiam apenas uma moral, propondo um padrão futuro de

<sup>3</sup> Já no contexto do Projeto UNESCO de 1950, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Thales Azevedo, entre outros intelectuais contratados para compreender a situação de paraíso racial, noção nascida durante o Brasil colônia, que se perpetuou durante a República na ideia de democracia racial, declararam tal crença como mito, uma vez que, na prática, os negros brasileiros sofriam uma dura realidade de preconceitos e discriminação, relegados aos salários mais baixos, apresentando os piores índices de escolaridade, constituindo a maior parte dos desempregados, apresentando o maior índice de desorganização familiar. Esse fato frustrou a ambição da UNESCO, interessada em compreender a tolerância racial como forma de superação do terrível holocausto nazifascista ocorrido durante a II Guerra Mundial, que se deparou com a desigualdade racial ocultada pela ideologia da democracia racial.

ordem social, desconsiderando as pertencas sociais, as identidades e as diferenas e gerando situaes de discriminao, opresso e falta de oportunidades que geram ou a marginalizao, ou a "invisibilizao", ou a incluso perifrica dos grupos descredenciados no sistema social, como o caso das comunidades negras rurais.

Diante das inmeras e declaradas diretrizes de embranquecimento, como a Lei de Terras de 1850<sup>4</sup>, a imigrao italiana, a formulao de conceitos como miscigenao, aculturao, democracia racial, por exemplo, que so ratificados no tratamento concedido aos indivduos "de cor" no mercado, nas escolas, na poltica, nas leis, muitas comunidades adotaram tambm estratgias de embranquecimento, negando a negritude e mesmo a ocorrncia da escravido para se perpetuarem em suas terras, como ocorre at hoje entre os criadores de gado do Vao do Moleque, da comunidade Kalunga, que exaltam a descendncia branca em detrimento da negra, para legitimarem sua posse territorial. Ao mesmo tempo, buscavam sua autossustentao, fazendo um controle do contato com as cidades vizinhas, fazendo-se invisveis, ao mesmo tempo em que preservavam seu modo de vida particular, baseado em uma territorialidade prpria, mas limitado a inspirao sociossimblica dos colonos europeus e catlicos.

Como as implicaes da instrumentalizao da tica e da moral se do na interioridade do indivduo, no modo como este expressa sua identidade, ao contrapor seu Id, Ego e Superego, a derrocada do instrumentalismo universalista, se torna difcil de ser deflagrada e mesmo percebida pelo prprio indivduo, uma vez que gera uma alienao na segunda potncia, como afirma Gaulejac (2007). A consequncia a perpetuao das desigualdades e dos preconceitos em prol da ocultao e do descredenciamento da diferena, uma vez que esses grupos continuam se perpetuando, entre a reproduo de seu sentido ontolgico, descredenciado pelo sistema, e a reproduo hegemnica do pensamento funcional-instrumentalista, que no dominam totalmente ao ponto dos indivduos pertencentes a esses grupos se tornarem reflexivos a respeito da alienao e de sua posio dentro do campo. Ou seja, negam a negritude, a escravido, adotando estratgias de embranquecimento, sem, no entanto, apoderar-se dos prmios e alvos estabelecidos para os "brancos", como o domnio territorial, reproduzindo sua prpria incluso perifrica, a fragilidade de sua cidadania e conseqente "invisibilizao".

## Novos dilemas

Para compreendermos essas expresses identitrias, bem como as manifestaes culturais de determinados grupos, como os Kalunga, se faz necessrio admitir que o *self* ativo, produ-

tor de cultura, resultado de um processo histrico ininterrupto que inclui critrios avaliativos que so irredutveis ao mero clculo racional ou ao desejo dos indivduos. Tal constatao justifica a camuflagem do embranquecimento e a negao da negritude entre alguns Kalunga, uma vez que s tiveram acesso s "verdades" universalistas que camuflam os interesses investidos na produo do saber, especialmente no mbito escolar e no mercado, impedindo a compreenso de que os produtores de verdades cientficas e de leis, mesmo buscando neutralidade, projetam suas perspectivas de mundo, suas racionalidades e seus valores no conhecimento produzido. Logo, geram uma verso da realidade que preza certos juzos e limitaes que se pressupem uma verdade absoluta, inquestionvel e universal, como o embranquecimento e sua inevitabilidade, por um lado, e, por outro, o discurso da negritude pela filiao africana encampado pelo movimento negro, j no sculo XX.

Isso porque os critrios que orientam nossas escolhas de bem viver, de forma plena, e o contedo de nossas frustraes so desenvolvidos no contexto de uma comunidade, para ela e por meio dela, no podendo ser preestabelecidos por critrios jurdicos. Por isso, qualquer tentativa externa de essencializao das identidades se torna forosa e ilusria, como a postura do movimento negro urbano em 1980, ao delimitar o critrio de reconhecimento identitrio dos grupos negros rurais pela africanidade, fundamentada nos quilombos enquanto espaos de resistncias, como fizeram Edson Carneiro (1957) e Arthur Ramos (1953), por exemplo. Essa postura tambm foi adotada pela Fundao Cultural Palmares, at o fim do sculo XX. Apesar dessa proposta romntica defender a noo de quilombismo e quilombos contemporneos (Nascimento, 1980, p. 263), a utilizao desse termo interpretada pelos opositores liberais exclusivamente em termos de sua concepo colonial de quilombo, visto apenas enquanto espao de escravos fugidos, gerando o outro lado da essencializao culturalista.

Mesmo com o amadurecimento do campo em 2003, por meio do Decreto 4.887, que delimita a autoatribuio como critrio primordial para o reconhecimento, a herana dessa perspectiva essencialista e culturalista prevalece em toda a sociedade, assumindo a expectativa romntica de que tais grupos seriam reminiscncias do passado africano no Brasil, desvalorizando sua "real" particularidade e diferena, presente em seu modo de vida criativo e especfico, fundado numa conjuntura scio-histrica delimitada pelas relaes de parentesco e com o territrio, num contexto de transio da minerao para a atividade agropecuria, que possibilitou sua agricultura de subsistncia e a criao de gado.

Logo, os termos de sua identidade podem apenas ser descritos pelos prprios moradores; esses, por sua vez, quando indagados sobre a diferena na vida dos Vaos e da vida dos cidados, afirmam: " tudo igual [...] [mas] a gente mora aqui e faz as coisa

<sup>4</sup> Esta lei dificultava o acesso a terra pelos afrodescendentes e mesmo imigrantes, delimitando como proprietrios apenas aqueles que receberam sesmarias.

diferente, do nosso gosto, né!". Outra moradora do Curriola nos elucida sobre esse jeito tradicional e particular de fazer as coisas: "Aqui bolo, nós faz no fogão a lenha mesmo, (risos) é só pôr a massa na panela e botar brasa em cima da tampa, só isso". E continua ela, "mas bom mesmo é feijão verde, feijão de corda, aff... feito na panela de ferro, aqui no fogão (risos)". Em outra ocasião, outra moradora de Diadema, de 29 anos, afirma que ser Kalunga "é acordar e fazer café no fogão a lenha, é cuidar da roça, periquitando atrás de passarinho [...] [sic]". Enquanto isso, alguns negam a identidade Kalunga quando indagadas sobre ela. Uma depoente, quando indagada se era Kalunga, foi taxativa de uma formação reativa<sup>5</sup>: "Eu não sou Kalunga, não sou preta! Eu que não sou bicho para ter nome. O nome pode ser do lugar, mas não meu", ou ainda: "Aqui pra essas banda não tem essa besteirada de escravidão naum, desde esse projeto Kalunga, que fica nessa danação de escravidão [sic]".

Essas reações, no entanto, se relacionam com a estratégia de embranquecimento<sup>6</sup>, adotada como forma de preservar sua posse territorial, já que ainda predomina a visão de que proprietários de terras não eram indivíduos "de cor", sustentada nas diretrizes históricas que dificultavam a posse territorial por tais indivíduos, como a Lei de Terras de 1850. Essa reação típica de um grupo carente de reconhecimento e informação se configura como uma forma de compensação desenvolvida pelos negros e demais afro-brasileiros, que se autointitulam

pardos, mulatos, morenos, por isso "mais qualificados esteticamente", como afirma um senhor morador da Capela. Esse embranquecimento se torna uma forma de opressão que aprisiona alguém em um modo de ser falso, deformado e reduzido, o que acaba por restringir sua dignidade, sua liberdade e suas oportunidades, uma vez que a diferença não se apaga, apesar do "embranquecimento".

Os conflitos advindos da inarticulação entre esses sentidos incorrem no que Taylor (1998) chama de não reconhecimento ou falso reconhecimento desses grupos "invisibilizados" e marginalizados, e agora intimados a performatizarem a "etnicização"<sup>7</sup> aos moldes românticos, sob o ícone africano, como critério para a posse territorial, uma vez que os opositores se fixaram nessas exigências essencialistas, visando dificultar especialmente o processo de reconhecimento territorial, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n° 3.239<sup>8</sup>, ou como o Projeto de Lei 1.836/2011<sup>9</sup>, de autoria do deputado Valdir Collato, ou como a tese de doutorado de Neto (2006), entre outros.

O maior problema desse projeto de lei, dessa ADIN e também da postura adotada por Neto (2006) diz respeito à sua concepção de cultura e etnicidade, que se refere a um arcabouço já ultrapassado, uma vez que as práticas culturais humanas não são estáticas, sendo improvável o reconhecimento de um rol de indumentárias fixas e congeladas no tempo que representem eternamente determinado grupo, como a africanidade, no caso

<sup>5</sup> A formação reativa é um dos mecanismos de defesa psicológicos descritos por Freud (1996), típico do subconsciente natural, é utilizado por indivíduos que querem camuflar e proteger seus desejos ou suas sensibilidade. As pessoas que utilizam desse mecanismo são vistas como orgulhosas ou agressivas, mas ao contrário do orgulho, que refere-se a uma autonegação da ajuda de outrem e sentimento de autossuficiência, a formação reativa é a simulação da indiferença ou da aversão ao seu desejo ou a qualquer tipo de ofensa ou ataque, que exponha sua sensibilidade. Na realidade o indivíduo sofre com medo de ser rejeitado ou magoado. É a hipocrisia desesperada do consciente mediante o sofrimento e vulnerabilidade do subconsciente, frente a qualquer tipo de ataque ou difamação. Tal reação alija o sofrimento, já que a pessoa não demonstrou tal sentimento, sustentando a ilusão de que nada a afetou.

<sup>6</sup> O embranquecimento não é uma expressão êmica. A noção de "embranquecimento" pode ser percebida por uma maior valorização em termos estéticos ocorrida entre os indivíduos considerados "mais claros", traduzida em algumas falas que demonstram preferência marital por indivíduos "mais claros" e de "cabelo bom". O "embranquecimento" da população do Moleque propiciada pela descendência com algum branco foi e ainda é (embora de forma latente) cultivada como herança do período escravista, onde "branco" e "negro" eram, sobretudo, categorias sociais e raciais.

<sup>7</sup> A etnicização pode ser vista como a adoção de estratégias performáticas ou não da identidade quilombola (Bourdieu, 1983).

<sup>8</sup> Ronaldo Caiado alega a inconstitucionalidade do Decreto Federal n. 4.887/03, que regulamenta o Artigo 68, atacando justamente o critério de autoatribuição ao ícone quilombola, também a delimitação de um território que abarque não só as áreas de moradias, limitando-se às áreas necessárias à reprodução física, social e cultural, e a titulação por meio de desapropriações e indenizações. Não é de se estranhar que todos esses argumentos sejam o que impede a permissão da licença da PCH Santa Mônica na região Kalunga, pela Rialma Elétrica, cujo dono é irmão de Ronaldo Caiado. A hidroelétrica ocuparia parte das terras Kalunga, que, segundo os Caiado, não são utilizadas, uma vez que sua visão etnocêntrica impede a compreensão de como se estruturam a vida e a organização territorial desses camponeses negros, semissedentários, visando à obtenção de privilégios econômicos para si e não o bem-estar de todos e todas.

<sup>9</sup> Tal projeto visa regulamentar a ocupação fundiária, como quer o artigo 68, estabelecendo como critério para o reconhecimento "os vínculos culturais específicos, que os identifiquem como descendentes de ancestrais negros que, durante a vigência do regime escravocrata, se agruparam para formar comunidades rurais de resistência", cancelando o Decreto 4.887/03. Nos demais artigos do projeto de lei, fica nítida sua preocupação não com a salvaguarda cultural e a preservação identitária, como é presente nos discursos essencialistas patrimoniais que focam a preservação do patrimônio; nem com o resgate do mundo africano, como quer o movimento negro, numa perspectiva de bens culturais; tampouco com uma cultura afro-americana, miscigenada, como queriam os modernistas, numa perspectiva de patrimônio histórico. O que percebemos é a preocupação com a reforma agrária, que atinge diretamente esses políticos, que possuem terras e projetos em áreas quilombolas. Assim, em prol da manutenção do capital econômico dessa elite política e aristocrática do Brasil, aceitam a cultura afrodescendente, mas seus termos, sua identidade livre e espontânea de manifestação, devem passar pelo crivo universal da identidade quilombola. Pelo menos até que um aliado se torne governo, para que se criem medidas mais eficazes de controle do "boom" quilombola.



de muitos quilombolas. Ademais, como se tem visto em diversas outras comunidades étnicas, como as avaliadas por Frederik Barth (1976), Abner Cohen (1974), Roberto Cardoso de Oliveira (2003), Maurício Arruti (2006), entre tantos outros, as fronteiras identitárias encontram-se no contato e na distinção étnica e não necessariamente na cultura, que pode variar no tempo e no espaço, de forma contingencial.

Desse modo, a contribuição dos quilombolas para uma herança africana, como quer o movimento negro, ou a herança escravista, como quer Collato, com a necessidade de vinculação com "os ancestrais negros durante o regime escravocrata", no Brasil é forçada, ilusória e difícil de ser comprovada, aliás, desnecessária. Em primeiro lugar, esse posicionamento não leva em consideração o fato de serem oficializados apenas os quilombos destruídos, ignorando as diversas formas de ocupação da terra por parte dos negros que não envolviam exclusivamente suas relações com o senhor de escravos.

Além disso, se compreendemos a identidade em termos dialógicos, como propõe Taylor (1997), superando o naturalismo, é preciso levar em conta que o sistema colonial coibia violentamente qualquer tipo de vínculo com os costumes africanos, ou qualquer tipo de manifestação cultural; também dificultava o cultivo de outras línguas, separavam famílias para dificultar a organização, entre outros, impondo barreiras reais à reprodução da memória africana, que seguiu uma tendência de esquecimento, apesar das tentativas dos capoeiristas, do candomblé e mesmo da Umbanda, cuja influência não atingiu todas as comunidades, pelo menos não na mesma intensidade, como é percebido entre os Kalunga.

Tais tensões entre a lembrança e o esquecimento se colocam em um nível epigenético<sup>10</sup> e psicológico, que delimitam as possibilidades de aprendizagem e se manifestam na construção identitária em termos de insegurança, de sofrimento psíquico, de perturbações psicossomáticas, de depressões nervosas, de estresse que levam à impossibilidade de emancipação e de autonomia individual. Historicamente, o falso reconhecimento tem contribuído para os altos índices de transtornos afetivos<sup>11</sup> encontrados na comunidade, que, entre eles, são chamados de "ruína".

Na atualidade, as confusões e negações em relação ao ícone negro, por parte de alguns moradores, que se sentem desrespeitados por terem que se adaptar ao ícone quilombola, reverberam-se na rejeição de benefícios a que têm direito, na recusa em participar dos cursos e demais oportunidades oferecidas, entre outros.

Desse modo, para melhor aproveitar as competências criativas, é preciso dar liberdade e reconhecimento verdadeiro às expressões identitárias, possibilitando um ambiente de linguagem e expressão comum no qual seus gostos, desejos, opiniões e aspirações façam sentido dialogicamente. Num ambiente onde as possibilidades de aprendizagem se restringem às práticas universalistas do igual respeito, fundadas sob uma perspectiva da volição em termos racionais, amparadas em políticas e práticas despersonalistas, não há garantias de produção da dignidade e autonomia humana como pretende o discurso democrático igualitarista, já que a identidade construída em diálogo para gerar autonomia depende de reconhecimento formal e verdadeiro da diferença, nos termos de Taylor (1998), o que inclui o direito de se autodefinir, como quer o Decreto 4.887/03, ao definir a autoatribuição como critério da identidade quilombola.

## Novos paradigmas

Então, se já constatamos que esse ideal de inspiração iluminista é uma impossibilidade pela irreduzível diversidade humana e cultural e pelo caráter dialógico da identidade, resta-nos encarar essa questão e tentar compreendê-la de um ponto de vista que permita ampliar a visão dualista frequentemente utilizada para a explicação dos contornos da subjetividade, da diferença, da criatividade. Afinal, a vontade não acontece na ausência de relações sociais que a potencializem, sendo a vontade inicialmente social e interpsicológica, para, aos poucos, tomar a dimensão intrapsicológica, na esteira de Vygotski (1996).

Logo, a formação da vontade não é meramente uma imposição ideológica, do tipo dominação, como em Weber (2003), obediência, como em Durkheim (2003), ou ainda alienação, como em Marx (1988). Embora essas situações concorram de

<sup>10</sup> Segundo estudos recentes de neurocientistas como Borrelli *et al.* (2008), Sinha (2006), Teixeira (2002), entre outros, o controle epigenético constitui-se de atuações moleculares, celulares, citoplasmáticas e sinápticas, delimitando as identidades celulares e as conexões cerebrais de cada organismo. Desse modo, mesmo admitindo haver comportamentos inatos a partir do mundo externo, como promulgam os cientistas naturais clássicos, adquiridos pela filogenia da espécie, a identidade epigenética desenvolvida ao longo do desenvolvimento ontogenético se torna o norte de rotinas e procedimentos, delimitando, por isso, os critérios e objetos de atenção para a atuação genômica, inata. Assim, o que as evidências sugerem é que, além da atuação genética, que oferece funções recursivas pela produção de proteínas e enzimas, é a atuação epigenética delimitada pela atuação do acaso, da cultura, do ambiente, das circunstâncias em cada indivíduo que oferece o conteúdo para suas projeções e sucessões, delimitando, por isso, seu conteúdo. Esse conteúdo se torna capaz de delimitar a rigidez, o encapsulamento ou a plasticidade, moldando o corpo e a forma como ele lida com o mundo, bem como sua possibilidade de aprendizagem e reflexividade.

<sup>11</sup> Por meio do *Child Behavior Checklist for Ages 6–18* e do *Teacher's Report Form for Ages 6–18*, a pesquisa realizada por Carvalho (2011) da Universidade Federal de Goiás, constatou que 5,9% e 5,4% das 204 crianças (6–11 anos) e adolescentes (12–18 anos) que se identificam como Kalunga no município de Cavalcante, em Goiás, apresentam sintomas de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), enquanto que 16,2% e 15,2%, respectivamente, apresentam sintomas de TDA, sendo essa última taxa superior à média nacional, embora a hiperatividade tenha ficado dentro da média nacional. Outras patologias psíquicas como transtorno de bipolaridade, esquizofrenia, depressão, Alzheimer, mal de Parkinson, demência são constatadas entre os moradores, como indicam dados do Projeto Viver Kalunga, da UnB. Esses distúrbios muitas vezes levam os indivíduos à dependência de álcool e ao uso de drogas.

fato para a estruturação das motivações e práticas dos indivíduos, é preciso que estes se sintam atraídos de alguma forma por essas estruturas ideológicas e que elejam seus atributos como objetivos a serem alcançados, como uma *illusio*<sup>12</sup>, nos termos de Bourdieu (1989). Essa motivação intersubjetiva permite a reprodução da essência ideológica em suas práticas cotidianas, dando continuidade ao ciclo da estruturação de forma ontológica.

Essa constatação sobre a formação de vontades e racionalidades dá um outro significado à afirmação de Neto (Carlos, 2006 *in* Neto, 2006) de que “[e]ste passo (de reivindicação étnica, entre os Kalunga) rumo a uma consciência e a uma prática de cidadania só foi possível quando eles assumiram seu próprio discurso, fazendo da informação dos outros um instrumento de construção de seu próprio conhecimento”.

Isso porque é preciso admitir que essa “facilidade” em assimilar a informação, que gera um processo que venho chamando de “eticização”, pode, ao contrário do que Neto (Carlos, 2006 *in* Neto, 2006) afirma, ser o fruto do verdadeiro reconhecimento, não meramente da africanidade, ou da cor (ou “raça”, como preferem alguns), como querem os essencialistas, mas da abertura para a possibilidade de manutenção de seu modo de vida próprio, construído a partir dos processos de “invisibilização” que são tratados por Neto como exclusão social<sup>13</sup>, ignorando as diversas estratégias desse grupo de se fazer presente na sociedade, especialmente pela posse territorial.

Afinal, o que está em disputa não é meramente a ampliação da cidadania, como entende Neto (2006), e sim a manutenção do modo de vida simples, voltado para os afazeres cotidianos que lhes permitem vivenciar a vida na natureza de forma sustentável, sem a correria da cidade grande e sem as pressões ideológicas da indústria cultural. É essa a identidade, não a africana ou a quilombola, que aparece nos discursos desses moradores. Por isso, mesmo alguns daqueles que viveram nas cidades preferem retornar à vida nos Vãos, sabendo que irão retornar a um estilo de vida árduo e difícil, marcado por privações, como demonstra o corpo sofrido e cheio de cicatrizes desses agricultores e criadores de gado do nordeste goiano, mas onde há tempo “para viver a vida”, como diz uma Kalunga, residente em Goiânia, que planeja o retorno ao Vão do Moleque, onde pretende ser professora.

Apesar das confusões conceituais, o fato é que o reconhecimento identitário gerou um processo de aproximação das raízes africanas, bem como o reforço das tradições já existentes na comunidade, especialmente aquelas relativas ao manejo sustentável e criativo dos recursos do cerrado goiano, como o conhecimento sobre o potencial homeopático das plantas locais, a produção artesa-

nal de farinha, de rapadura, de sabão, a produção de instrumentos musicais e botijas de cerâmica, e a criação do gado curraleiro. Além desses emblemas culturais, os festejos religiosos como o de Nossa Senhora do Livramento em setembro, no Vão do Moleque, e o de Nossa Senhora da Abadia em agosto, no Vão de Almas, e a dança, como a catira, a sussa e o boilé, são reforçados e disseminados.

## A atuação do Estado

A atuação do governo nas comunidades quilombolas<sup>14</sup>, como a Kalunga, baseia-se na constatação de que o reconhecimento étnico-cultural gera a valorização do grupo, de seu modo de vida, de seus produtos, que passam a ser vistos como emblemas culturais, identitários e tradicionais, os quais, por isso, devem ser patrimonializados e preservados. A contrapartida estatal é a inserção dessa camada na economia de mercado, visando à ampliação de condições de comercialização e acesso a mercados, incluindo o de crédito; pretende, com isso, preparar a população mais pobre para tirar proveito do crescimento econômico e tecnológico do país, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento, por meio do setor criativo. A participação da sociedade civil, incluindo acadêmicos, empresas privadas, filantrópicas, organizações não governamentais com estímulo à participação local demonstra as estratégias de descentralização do âmbito estatal, como forma de aumentar a eficiência e a flexibilidade no desenho das políticas sociais (Ricci, 2005). Até mesmo porque a Fundação Cultural Palmares, por exemplo, que tem como finalidade promover e preservar a cultura afro-brasileira, conta com apenas sete funcionários para administrar as demandas das milhares de comunidades quilombolas e dos terreiros de matriz africana espalhadas pelo Brasil afora.

Contudo, a partir de sua cultura, a comunidade Kalunga, organizada desde o processo de reconhecimento, busca autonomia na luta cotidiana pela sobrevivência e ampliação de cidadania, mas esbarra em práticas reinventadas do coronelismo clientelista brasileiro de antanho, que muitas vezes são reproduzidas pelas próprias lideranças, historicamente alijadas de exemplos democráticos. A ineficiência do Estado com políticas puramente assistencialistas retoma a situação descrita por Carvalho (2002) como estadania. Para ele, há uma reversão da pirâmide de Marshall no Brasil, onde os direitos sociais surgem em períodos de supressão aos direitos políticos e civis, gerando uma inversão da lógica de liberdade e igualdade, bem como da noção entre público e privado, e entre direitos e obrigações.

<sup>12</sup> Seria uma troca afetiva e motivacional que o indivíduo realiza com o meio externo ao elaborar apostas, crenças, símbolos e fantasias subjetivas coletivamente sancionadas, calcada em uma nanofisiologia da distinção, que centraliza o indivíduo no mundo, via honra e dignidade, frente a nós mesmos, enquanto indivíduos, e aos demais, habilitando seu reconhecimento e legitimando seu valor.

<sup>13</sup> Esse termo ofusca as diversas estratégias desenvolvidas por essa população para se incluir, mesmo que de forma periférica, como o controle do contato e a adoção do embranquecimento em sua orientação identitária, como demonstra o próprio Neto (2006), ao indicar o não isolamento dessa comunidade. Isso porque ele se pauta em critérios ultrapassados para a definição étnica, como se o isolamento e a cultura fossem a causa da etnicidade, ignorando o caráter processual de tais dinâmicas, bem como os sentidos escolhidos contextualmente, a partir da fricção étnica.

<sup>14</sup> Veja o Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003, 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015.

No tocante aos quilombolas, a aplicação de qualquer noção de cidadania se satisfaz em primeira instância com a concessão de direitos sociais (por meio de políticas assistencialistas) em detrimento de qualquer outro, já que grande parte da população dessa comunidade sequer possuía, pelo menos até a década de 1990, registro geral, condição básica para a realização dos direitos civis e políticos. Esses são reduzidos ao *status* de voto de cabresto de antes, uma vez que é a concessão de benefícios particulares que se torna o guia da participação política, sendo a missão eleitoral o único interesse na concessão de algum direito civil e social.

Os moradores da comunidade que se tornam políticos passam a sofrer desse tipo de assédio, sendo pressionados a satisfazer interesses eventuais, emergenciais e particulares de seus entes mais próximos. Como os políticos locais costumemente efetuam esse tipo de troca execrável, na falta de amparo assistencialista do político Kalunga, este passa a ser maldito pela família, como é o caso de um vereador do Engenho II. Outra dificuldade desses iniciantes na arena política diz respeito às regras informais e muitas vezes ilegais de distribuição de recursos na Câmara Municipal. Muitos ficam frustrados com a hierarquia burocrática e a rotina de desvios. Alguns, embora insatisfeitos com o jogo político, já são famosos representantes políticos, como Seu Cirilo do Engenho II, que alterna cargos políticos com a presidência das Associações Kalunga, ou Dona Ester da Ema, que foi candidata a vice-prefeita, sendo agora presidente da Associação de Teresina de Goiás.

## Os projetos da academia

Para Souza (2003, p. 106), uma sociedade autônoma "é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos". No entanto, uma sociedade autônoma não implica uma sociedade "sem poder", pondera o autor. Para ele, "a plena autonomia é incompatível com a existência de um 'Estado' enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade" (Souza, 2003, p. 106). Nesse diapasão, a aliança entre a comunidade, a sociedade civil (por meio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs) e o Estado se mostra como caminho para o alcance da soberania popular democrática.

No caso da comunidade Kalunga, inúmeras ações têm sido desenvolvidas contando com a parceria dessas três instituições sociais. A academia tem desempenhado papel de relevância na implementação de projetos em parceria com a comunidade, entidades estatais e organismos não governamentais. Um desses

projetos é o "Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Currealeiro", fruto da parceria entre a Universidade Federal de Goiás, o Ministério da Integração Regional, a Prefeitura Municipal de Cavalcante, a Associação Kalunga de Cavalcante e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás. O projeto é coordenado pela professora Maria Colindra Soares Fioravanti, da Universidade Federal de Goiás. O projeto reinsere o gado currealeiro na região, visando preservar essa tradição e gerar a ampliação de renda, já que ele é mais resistente ao clima árido e acidentado do sertão goiano e pode ser comercializado com base nesse caráter diferenciador, já que a carne possui um sabor próprio, baixo teor de gordura e por se constituir como um alimento orgânico, típico da cultura Kalunga (Fioravanti *et al.*, 2008).

Além desse projeto, também é interessante citar o projeto "Girau dos Saberes", que visa estimular a produção de artesanato na comunidade, como bonecas, roupas, colares, produção homeopática, realizado pela professora de Artes Visuais Maria Tereza Gomes, da UFG, que já organizou a primeira mostra de artesanato Kalunga, ocorrida na UFG, no campus Samambaia, dia 13 de junho de 2012, no evento Agro Centro-Oeste. O projeto "Quintais Ecológicos", encabeçado pela professora Maria Geralda de Almeida, também buscou ampliar a renda por meio da produção de alimentos produzidos com frutos do cerrado, como bolos, bolachas e até mesmo sorvetes, além de incentivar a produção de mudas do cerrado, para comercialização com potenciais turistas, uma vez que esse projeto também visava transferir conhecimentos sobre biopirataria e sobre como aumentar o potencial turístico da região, uma das atividades mais exploradas pelos projetos, em geral.

O pressuposto desses e de outros projetos como o Kalunga Sudentável, da Associação Kalunga, e o Projeto do Observatório do Turismo, do CET/UnB, é de que a autonomia no caso da comunidade Kalunga pode ser dada pela organização da atividade turística, que, mesmo advindo de uma considerável procura pelos atributos do lugar por parte dos turistas, passou a ser gestada pelos próprios moradores em parceria com o Estado e a sociedade civil e tem proporcionado desenvolvimento para a comunidade, agora beneficiada por diversos projetos e políticas sociais, voltados para a economia criativa. À medida que os moradores receberam instrução de como se inserir nessa atividade, por meio de cursos de capacitação de diversas fontes, puderam delimitar o investimento na atividade turística e no setor criativo.

Assim, a partir de suas potencialidades, passaram a se organizar, especialmente no Engenho II<sup>15</sup>, região mais próxima de Cavalcante, que estimula o turismo étnico aliado ao ecoturismo. Os pacotes turísticos incluem recepção na casa de uma

<sup>15</sup> Nesse povoado, podemos observar com mais empenho o funcionamento das iniciativas locais e de outros grupos da sociedade civil; a maioria busca produzir novas ofertas de lazer como parte integrante de uma política de desenvolvimento sustentado, o que possibilita a ampliação de geração de renda para esses moradores. Isso porque o povoado do Engenho II tem um caráter específico em relação aos outros 61 povoados da comunidade, pois forma uma vila, onde as casas são próximas umas das outras, permitindo que os laços sociais se estendam para além do limite domiciliar. Nesse ambiente os laços comunitários são vivenciados com mais veemência, ensejando uma maior organização local e planejamento das atividades turísticas, como encomenda do almoço, disponibilização de guias, animais e equipamentos, socorro médico, entre outras possibilidades. A proximidade com a zona urbana de Cavalcante também se torna um trunfo para o escoamento de políticas e ações visando à economia solidária e à permacultura. Para além dessa posição estratégica, o local possui cachoeiras exuberantes, algumas com águas límpidas em tons azulados, cânions e paisagens vivazes de cerrado nativo.



das lideranças da comunidade, "Seu" Cirilo, caminhada e visita a cânions (Ave Maria, Capivara) e cachoeiras (Santa Bárbara, Capivara, Candaru), com direito a banho e mergulho livre, almoço tradicional com suco de frutas do cerrado, cavalgada com montaria Kalunga (burros) e piquenique.

O projeto "Kalunga Sustentável", liderado por "Seu" Cirilo, atual presidente da Associação Quilombola Kalunga, e "Bel", ambos moradores do Engenho II, é protagonizado pelos moradores locais e, está sendo financiado pelo Programa "Desenvolvimento e Cidadania" da Petrobrás, cujo foco é a atividade turística sustentável e a valorização cultural. Para tanto, desenvolvem oficinas de capacitação, resgate cultural e ampliação do comércio de seus produtos, além de avaliações sobre os impactos turísticos e projetos de melhoramento das trilhas que se encontram assoreadas. Recebem também outros benefícios para a infraestrutura turística, como a criação de um *site* para a comunidade, compra e manutenção de automóvel para auxílio no transporte de materiais, entre outros.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a atividade turística promove, ela também gera a degradação de espécies e do hábitat com a construção de infraestrutura para o atendimento dos turistas. Isso exige planejamento; afinal, os impactos potencialmente negativos podem ser minimizados, garantindo o retorno econômico e a satisfação da comunidade local maximizados. Nas palavras de Hall (2004, p. 29), o "planejamento deve ser considerado um elemento crítico para se garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo nos destinos turísticos". Sem o planejamento e a regulamentação turística pode haver degradação dos elementos físicos, sociais e culturais, elementos que constituem não só a base fundante da atividade turística, mas também são pressupostos para a patrimonialização.

Afinal, aliar patrimonialização e turismo e ainda gerar um desenvolvimento sustentável para a população local requer a articulação das esferas culturais, políticas e econômicas, tanto no âmbito dos desenhos institucionais e de coordenação de políticas de regulação, quanto no da organização social e identitária do grupo. Uma das estratégias locais tem sido a participação no que tem sido chamado de turismo solidário, que tem atuado dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O objetivo é aliar turismo e trabalho voluntário pelo combate à desigualdade social, ao mesmo tempo em que se buscam reverter os males causados pela atividade.

Para isso, é elaborado um projeto para permitir a união de pessoas físicas ou jurídicas dispostas a conhecer de perto a realidade de famílias e comunidades que vivem numa região com atrativos turísticos, com o desígnio de colaborar na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento humano e social comunitário (Travessia Ecoturismo, 2009). Aqui, os visitantes podem oferecer diferentes tipos de ajuda, conforme suas possibilidades, tais como serviços sociais e/ou doações. Em contrapartida, os visitantes desfrutam do contato com a natureza e aprendem sobre os costumes e a vida simples da comunidade. O Turismo Solidário, segundo seus realizadores, é uma excelente forma de integração entre os turistas voluntários e as comunidades, onde

ambos têm a oportunidade de ensinar e aprender. A comunidade de Kalunga participou pela primeira vez desse esforço em 2008, com a parceria da Travessia Ecoturismo com diversos grupos.

Essas ações mencionadas contribuíram para a organização turística da região do Engenho II, que dispõe agora de infraestrutura básica para recepção dos turistas. Além da associação de guias, devidamente equipados e capacitados, o povoado do Engenho II conta com quatro restaurantes (de Seu Cirilo, de Seu Cesário, de Januária e de Lucinha) e um *camping* ("da Bel") regularizado e em permanente funcionamento.

## Encontro Kalunga

Outro evento importante que reflete a consolidação da autonomia local é o 1º Encontro da Cultura Negra Kalunga, realizado em novembro de 2009, durante as comemorações do Dia da Consciência Negra. Essa foi uma iniciativa da comunidade, especialmente pela figura de Lucilene Santos, na época secretária municipal de Igualdade Racial de Cavalcante, que buscou parceria com o Ministério da Cultura, já em 2008, quando ocorreu a visita de Alfredo Manevy, então secretário-executivo do MinC.

Dessa parceria surgiu o *Programa de Afirmção Quilombola*, que, visando ao resgate e à preservação da memória cultural dos Kalunga, construiu o Centro de Referência Cultural e de Memórias, estratégica instituição que ajudará a conscientizar as novas gerações sobre a necessidade de manter vivas as tradições do povo local. E também o Memorial Casa de Léo, em Teresina de Goiás, no povoado de Ema. O memorial foi nomeado em homenagem a D. Leonilda Fernandes, uma importante liderança da região que ajudou a preservar a memória do seu povo, e reflete o desejo da comunidade em resgatar seu passado, uma vez que reivindicaram o espaço inspirados pela visita à Casa de Cora Coralina na cidade de Goiás, como afirma o representante do MinC Fernando Lana, em reportagem do site oficial do Ministério da Cultura (Flávio, 2010).

Durante o festejo de Nossa Senhora do Livramento de 2009, o Ministério da Cultura entregou à comunidade um *kit* com vários instrumentos, como sanfonas, violões, violas, zabumbas, pandeiros, caixas, microfones, além de bombas a diesel e geradores para incentivar e reforçar a tradição dos festejos, romarias, folias, batizados, casamentos e impérios da comunidade. Pretendem ainda construir o Memorial Casa de Pedro em Cavalcante e o Memorial Casa de Santana em Monte Alegre de Goiás.

Em 2010, as celebrações do Dia Internacional da Consciência Negra foram por ocasião novamente do 2º Encontro de Cultura Negra Kalunga; o encontro proporcionou mostra fotográfica de Ion David e Weverson Paulino sobre a comunidade Kalunga, feira de artesanato, oficinas de saberes Kalunga, roda de prosa para discussão de assuntos de interesse da comunidade, além de festejos tradicionais das comunidades Kalunga dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre, Teresina de Goiás, Colinas do Sul e Quilombo de Mesquita, localizado na Cidade Ocidental.

O evento contou com a participação novamente do Ministério da Cultura e da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL)<sup>16</sup>, que financiaram o evento, embora tenham atrasado em cinco meses o pagamento. A Universidade Federal de Goiás (UFG) esteve presente com a colaboração efetiva da professora de Artes Visuais da instituição, Maria Tereza Gomes, que coordena o Projeto Girau dos Saberes, promovendo e resgatando a tradição do artesanato na comunidade, que culminou, como vimos, na primeira mostra de artesanato Kalunga, no evento Agro Centro-Oeste, em 2012.

A Associação Mãe do Quilombo Kalunga foi representada por seu presidente, Sr. Cirilo; a coordenação do evento ficou novamente sob a responsabilidade da secretária municipal de Igualdade Racial do Município de Cavalcante, Lucilene Santos Rosa, que não mediu esforços para viabilizar a realização do encontro. Conseguiram junto ao Ministério da Cultura um novo kit composto de: 2 geradores, 1 motobomba, 2 violas caipiras, 2 violões, 2 acordeões, 1 tambor, 1 pandeiro, 1 microfone, 3 pedestais, 1 mesa de som, 1 caixa d'água, tecidos para os uniformes para festas do Império, que inclui roupas da Rainha, do Imperador, coroas, além de vestimentas para a dança da sussa, que inclui saias, blusas, calças e camisetas.

## Entraves locais

O atraso do pagamento realizado pelo Ministério da Cultura e pela AGEPEL prejudicou a imagem dos organizadores diante daqueles que prestaram serviços e participaram da organização do evento disponibilizando tempo e labor. As lideranças Kalunga com frequência passam por situação semelhante, uma vez que os trâmites burocráticos extrapolam qualquer entendimento sobre as noções de honra e sobre as tradições Kalunga.

Essa situação também está presente na gestão dos bens públicos adquiridos pela comunidade; a família guardiã de um dos kits musicais, por exemplo, se recusa eventualmente a disponibilizá-los para uso em festejos, encontros e outras apresentações em público. A falta de democratização também impera na distribuição dos recursos, ações e políticas tanto entre os moradores, quanto entre os implementadores que deixam a distribuição dos recursos a cargo das lideranças.

Por sua vez, as famílias das lideranças, pelo acesso privilegiado às informações, advindo do contato direto com políticos locais, turistas, empresários, acadêmicos, implementadores, pesquisadores e diversos outros profissionais, direcionam grande parte dos investimentos para si. O fato é que o maior manejo com "os de fora" possibilita às lideranças e seus familiares um maior controle e destino aos recursos investidos na comunidade, e, ao mesmo tempo, essa posição privilegiada gera reconhe-

cimento por parte dos demais moradores que passam a vê-los como figuras carismáticas, nos termos de Weber (2003).

No Engenho II, por exemplo, há uma centralização das decisões na figura de "Seu Cirilo", que é também presidente da Associação Quilombola Kalunga, e seus filhos, como podemos ver pela sua popularidade na mídia e na internet, situação semelhante à de outras lideranças de outros povoados, como Seu Florentino, Dona Ester, Dona Procópio, Seu Ismael e Seu Mochila, entre outros.

Por sua disposição em representar a comunidade e em lidar com os visitantes e turistas, Seu Cirilo se tornou o pioneiro na coordenação da atividade turística; até os dias atuais, mesmo existindo uma associação de guias, é ele quem administra os guias e suas diárias, além de possuir um restaurante local, animais para aluguel, *camping*, um pequeno mercado, entre outros. É sua responsabilidade também delimitar o tamanho dos lotes de cada família moradora desse povoado; há denúncias que indicam que sua atuação tem concedido privilégios a membros de sua família.

Algumas dificuldades se somam em outras iniciativas pela falta de investimentos e financiamentos para a execução de suas ações. Por exemplo, até o momento da pesquisa, a comunidade Kalunga, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, tentou regularizar a marca Kalunga, com a produção de uma logomarca, com uma identidade visual original e criativa, para poder consolidar a imagem e legitimidade da Associação, permitindo a vinculação de seus produtos a essa marca, mas o processo parou na regularização da propriedade intelectual, que já estava patenteada. Houve também uma iniciativa de se produzir uma chita própria com flores do cerrado catalogada da própria região, mas os custos da produção tornaram-se inviáveis.

## Entraves estruturais

No ano de 2011, entre os dias 24 e 25 de março, o Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás organizou o I Encontro de Pesquisadores de Quilombolas Kalunga, sob a coordenação da professora Maria Geralda e da doutoranda Wilma Amorin. O Encontro buscou articular a rede de pesquisadores interessados nas vicissitudes da comunidade Kalunga, de seu povo e de seus costumes, além da relação com a natureza e com "os de fora", visando à divulgação e ampliação da visibilidade dos trabalhos desenvolvidos.

O evento em questão possibilitou que eu participasse como pesquisadora da comunidade, apresentando a comunicação "A etnicização Kalunga: práticas, nexos e identidade", enquanto realizava a observação participante para esta pesquisa.

<sup>16</sup> Essa agência, em 2012, ganhou *status* de Secretaria Estadual da Cultura; a secretaria visa regulamentar a lei de 2006 que estabelece o Fundo Estadual de Cultura. A lei determina que o Estado deve investir 0,5% de sua receita tributária líquida em pesquisa, criação e circulação de obras de arte e realização de atividades artísticas e/ou culturais. A lei prevê ainda uma destinação gradativa desse recurso, sendo um terço desse valor no primeiro ano de implantação, dois terços no segundo ano, e completos 0,5% a partir do terceiro ano.

Também realizei observação participante enquanto atuava como coordenadora da Oficina Identidade e Memória do Projeto de Extensão da Universidade Federal de Goiás "Troca de saberes no Cerrado: ecologia, valorização dos quintais, segurança alimentar e cidadania nas comunidades Kalunga em Teresina de Goiás", apelidada por nós de "Quintais Ecológicos". Além da oficina, participei da elaboração de uma cartilha destinada aos jovens da comunidade sobre a troca de saberes que a oficina proporcionou.

A maior parte das conclusões obtidas durante a observação reflete também a perspectiva dos pesquisadores que participaram do Encontro de Pesquisadores de Quilombolas Kalunga, como indica o relatório<sup>17</sup> do evento. Muitos dos entraves e dificuldades relativos à produção do conhecimento e à implementação de projetos e ações giram em torno do papel do pesquisador na comunidade, que é frequentemente associado com competências políticas para a solução de seus problemas.

Alguns associam o acadêmico a um entrave à realização de benfeitorias, devido a laudos que impedem o estabelecimento de usinas, ou a abertura de estradas; outros atribuem interesses mercadológicos a suas ações, como o lucro obtido com a venda de livros, fotos e filmes. Em algumas situações, os moradores reivindicaram participação nos lucros de meus livros, outros cobraram para tirar foto, e muitos acusam a antropóloga Mari Baiocchi, mencionada no início deste artigo de ter enriquecido às custas da comercialização desses bens referentes à comunidade, o que não é verdade.

A maioria, no entanto, nos momentos de encontro étnico, onde os "de fora" representam o Estado que ali não é presente, utiliza essa possibilidade de contato para reivindicar direitos, benefícios e melhorias, além de desabafar sobre as injustiças e dificuldades do jogo político local, ao qual são submetidos cotidianamente. É frequente o desafeto pessoal gerar retaliações econômicas e políticas na região, como, por exemplo, quando Seu Florentino, em seu primeiro mandato como presidente da Associação de Cavalcante, discordou politicamente da atuação do prefeito e teve a verba para o diesel dos tratores cedidos pela Petrobrás cortada, durante a construção da estrada que liga o Engenho II até o Vão do Moleque; como consequência seu Florentino para não ter que parar a obra, financiou os gastos com seu próprio dinheiro. Depois das pazes refeitas, o presidente da Associação fora reembolsado pelo prefeito.

Como essa expectativa de resolução de impasses e intervenção política e social conferida ao pesquisador dificilmente é suprida, desenvolve-se a descrença da comunidade local em relação à atuação acadêmica, que esbarra na sua própria inabilidade em angariar investimentos, impedindo sua participação ativa. Esse quadro faz com que os resultados das pesquisas não tenham repercussão nas políticas públicas, tampouco no meio acadêmico, pela falta de diálogo entre os pesquisadores e desses com o Estado. Esse abismo comunicativo sustenta um descrédito mútuo, que abala a credibilidade e a legitimidade do Estado,

que não é visto pelos primeiros como uma fonte confiável de informações sobre a realidade quilombola, já que ignora o saber cientificamente produzido, abrindo espaço para a desarticulação da produção do conhecimento.

Essa situação de desarticulação do saber leva ao desenvolvimento de trabalhos semelhantes, especialmente no tocante ao turismo, havendo uma sobrecarga de pesquisas sobre o mesmo assunto, o que leva à saturação das propostas e às divergências de gestão nos assuntos culturais e identitários, como podemos ver com o Projeto do Observatório do Turismo do CET/UnB e do Projeto Kalunga Sustentável da AQK. Essa última proposta inicialmente foi antagonizada pela Secretaria Municipal da Igualdade Racial em Cavalcante, que já tinha parceria com o CET/UnB. Esse fato também ocorreu durante a coordenação do projeto Troca de Saberes do IESA/UFG, que não obteve apoio da líder comunitária de Teresina, em um primeiro momento, porque ela já havia firmado compromisso com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER/GO), para uma proposta semelhante, entre outros.

Além disso, a dependência de outros atores sociais e políticos, especialmente no tocante à liberação de recursos e à consecução dos projetos, compromete sua eficácia, que ainda precisa driblar a dificuldade de mobilidade pela ausência de infraestrutura e transportes adequados. Nessa situação, as ações de extensão precisam contar com alternativas criativas para sanar o problema de acesso à água, à energia e da falta de articulação com as lideranças locais, que se pautam muito mais pelo carisma (que falta em grande medida aos acadêmicos instrumentalistas) do que por objetivos e interesses racionais-legais e mesmo mercadológicos.

Durante a execução do projeto Quintais Ecológicos, alguns problemas dessa natureza ocorreram. A articulação inicial do projeto esbarrou na ausência de concordância com a presidente da Associação de Teresina, Dona Ester, que já havia se comprometido com um projeto semelhante com a EMATER/GO. Como o projeto já havia sido aprovado, a coordenadora preferiu dar prosseguimento a ele com o aval e o apoio de dois vereadores, Jura e Jânes, e da diretora da escola da Diadema, que foram devidamente contactados e incumbidos de mobilizar a comunidade para participar da reunião de abertura, onde ainda haveria a possibilidade de acertar os rumos e conteúdos a serem debatidos. No dia marcado para a reunião, foi apresentada a proposta de cada oficina para todos os moradores que ali estavam presentes; embora apenas 20 pessoas houvessem comparecido, todos os presentes participaram ativamente, opinaram, indagaram, fizeram exigências e pedidos. Todos os responsáveis pelas oficinas buscaram atender e agregar todos os requisitos.

No entanto, no dia marcado e acordado com os moradores e lideranças locais, quando ocorreria a primeira oficina, não apareceram muitos interessados. As oficinas orientavam como utilizar frutos do cerrado para a produção de bolos, bolachas,

<sup>17</sup> Veja a programação do evento e o relatório final do mesmo em: <http://pesquisadoreskalunga2011.blogspot.com.br/>.

geleias e sorvetes, além de orientar o manejo e produção de mudas para hortas e de plantas do cerrado; também se ofereceu conhecimento sobre biopirataria. Cada oficina ofertava de 10 a 15 vagas, mas apenas duas ou três destas foram preenchidas em cada.

Na próxima viagem, fiquei incumbida de detectar as causas do fracasso, enquanto implementava a oficina sob minha coordenação, que consistia na realização de atividades do dia a dia Kalunga nas residências do entorno da Escola de Diadema, como forma de compreensão etnográfica e troca de experiências. Então, durante a preparação das refeições nos fornos a lenha, trocamos conhecimentos, enquanto cortávamos quiabo e cozinhávamos abóbora. As prosas aconteciam nas cozinhas, se estendiam aos quintais, nas rodagens, no pátio da escola, na beira do rio, à medida que acompanhávamos sua rotina de atividades. Logo as desconfianças, os descréditos e as desmotivações que ajudaram a naufragar a primeira etapa das oficinas surgiram.

A maioria das pessoas visitadas apresentava algum problema particular que impedira sua participação, que variava desde o esquecimento até a dificuldade em abandonar sua rotina diária ou em lidar com imprevistos do dia a dia, demonstrando uma tremenda desmotivação; depois que nos conheciam, demonstravam arrependimento por não ter considerado a possibilidade de participar. Ao que tudo indica, a motivação em participar das oficinas de capacitação tem pouco a ver com a oportunidade de ampliação de renda e de conhecimento, sendo o afeto a causa mais provável para o interesse em participar. Por isso, aqueles indivíduos que não veem com bons olhos os implementadores, o reconhecimento quilombola e a etnicização dificilmente participam.

Além da incompreensão acerca do sistema de volição dos indivíduos para a produção de ações e práticas, outros fatores estruturais apareceram e se repetiram. Em primeiro lugar, quando a data foi marcada, ninguém levou em consideração que os alunos estavam de férias, assim como as professoras, embora a data não tenha parecido um entrave para a diretora da escola, que depois me explicou que muitos viajam nas férias escolares para visitar parentes que foram morar fora do Vão, outros vão para as roças, em locais mais afastados, começar a limpar o terreno para o plantio que deve começar durante o período "das águas", tempo de chuva.

Ademais, os líderes que apoiavam o projeto ficaram magoados quando indagados sobre a baixa participação na reunião de apresentação, uma vez que haviam prometido mobilizar a comunidade quando estabeleceram a parceria. Esse sentimento serviu de desmotivação, temendo serem desapontados novamente por todos aqueles que prometeram comparecer e temendo desapontar a coordenadora do projeto por não conseguir cumprir sua promessa. O fato é que esses representantes políticos nem sempre são vistos com benevolência pela falta de compreensão de seu papel, como explico acima, uma vez que, na tentativa de cumprir suas obrigações políticas, não entram no jogo da troca de favores, até porque alguns em seus primeiros mandatos têm pouca malícia política, conseguindo mobilizar poucos recursos

para seus projetos; outros são desacreditados pela atuação corrupta ou egoísta. Sendo assim, é preciso identificar como anda o *status* da liderança com que se estabelece parceria.

Outro desincentivo foi a não oferta de refeições e transporte durante as oficinas. Inicialmente os proponentes associaram a oferta de refeições a práticas assistencialistas, entendendo que o motor da participação deveria ser o interesse em aprender uma nova atividade e ampliar a renda, já que sua visão instrumentalista impede a compreensão sobre os dispositivos de volição. Além disso, não consideraram que as distâncias percorridas e o tempo gasto na preparação das refeições por parte dos Kalunga inviabilizariam a sua participação nas oficinas. Tampouco consideraram que a qualidade alimentar cotidiana é baixa e insuficiente do ponto de vista nutricional; muitas vezes se resume a arroz, feijão, abóbora e farinha de mandioca, sendo esta uma oportunidade e motivação para a ingestão de uma alimentação mais rica em proteínas e vitaminas, com a oferta de carne e salada, uma vez que esse era um dos objetivos do projeto. Desse modo, a falta de conhecimento sobre a rotina, as necessidades, a tradição e a moral local por parte dos proponentes e implementadores prejudica a boa execução das ações que visam ampliar as capacidades e potencialidades locais, inviabilizando o acesso democrático.

Assim que identifiquei quem era a figura carismática da região, pelo relato dos moradores, fomos ao seu encontro. Seu carisma advinha do protagonismo de participação na Associação, que lhe permitiu, entre outras coisas, conceder favores sem implicações políticas, como faziam os vereadores. Essa experiência, somada à sua atuação política como candidata a vice-prefeita, a torna central nas decisões e rumos tomados na comunidade, levando a uma confiança nessa figura maternal, que sabe lidar com o mundo dos "de fora".

Dona Ester, por sua vez, estava participando da implementação das Oficinas do Projeto Kalunga Sustentável no Engenho II, em Cavalcante, naquela ocasião. Esse projeto milionário contou com investimentos da Petrobrás, foi uma iniciativa do captador de recursos Marcus Pinheiro, que desenvolve projetos desse modelo há 15 anos, tendo atuado no Amazonas, especialmente nas comunidades ribeirinhas. Conheceu os atrativos turísticos Kalunga, além do modo de vida simples e particular, enquanto turista, de onde teve a ideia de propor a parceria com a comunidade, que logo se mobilizou na manifestação de suas aspirações e necessidades. As oficinas do projeto estavam lotadas, com participantes de todo local da comunidade; muitas aconteciam simultaneamente, visavam ampliar as técnicas de produção de sabão de Tingui sem a utilização de soda, a capacitação de guias turísticos e lideranças políticas. Dentre seus objetivos está a construção de infraestrutura básica para o turismo de forma atendida às exigências ambientais e culturais da comunidade, tendo construído um *site* para a comunidade, formalizado sua marca, entre outras iniciativas.

Nessa ocasião, com minha presença, propusemos parceria para a segunda etapa do projeto Quintais Ecológicos à Dona Ester, moradora do povoado de Ema e presidente da Associação



de Teresina de Goiás, que dessa vez, se absteve do compromisso não cumprido pela EMATER-GO. Seu envolvimento possibilitou a mobilização da prefeitura, que conseguiu transporte, uma vez que o projeto garantiu a oferta de refeições para os participantes. Nessa segunda etapa, as oficinas tiveram que abrir mais vagas; algumas chegaram a 35 participantes.

As OSCIPs, como as Associações Kalunga, têm a possibilidade de participar com mais eficácia pela facilidade em obter recursos, mas envolvem poucos acadêmicos e têm acesso e domínio ainda limitado em relação às exigências e trâmites burocráticos. As ONGs, que também exercem esse mesmo papel na angariação de fundos e protagonismo de ações, por outro lado, como afirma o relatório do encontro de pesquisadores, nem sempre chegam até a comunidade.

No relatório do Encontro de Pesquisadores Kalunga, eles avaliam que o Territórios da Cidadania, que visava promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, em que a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia, ainda não tem a visibilidade necessária entre os pesquisadores para agregar ações, mesmo com parceiros interessados, como as prefeituras e Associações Kalunga.

A partir de então, os coordenadores do evento aspiram realizar um encontro dos pesquisadores na própria comunidade, além da criação de uma Comissão de Pesquisadores Kalunga, que devem viabilizar a troca de informações e definir ações, com uma linguagem acadêmica acessível aos Kalunga, por meio de material escrito e audiovisual, possibilitando a socialização do conhecimento acadêmico, além de incentivar ações que facilitem o diálogo entre as lideranças das comunidades, estimulando o associativismo e o cooperativismo, além da melhoria da educação como verdadeira forma de inclusão. O intuito da rede é unificar os projetos da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do termo de anuência prévia e do conselho de ética, uma vez que a Universidade se coloca como parceira na obtenção de registros dos patrimônios materiais e imateriais por parte dos Kalunga.

Desse contato foi criado um grupo de pesquisadores sobre a comunidade que conta com a participação de Francisco Hudson Lustosa, da Faculdade de Educação/UFG, Lucilene dos Santos, representante Kalunga de Cavalcante e gerente da SEMIRA-GO, Maria Clorinda Soares, da Faculdade de Veterinária/UFG, Maria Geralda de Almeida, IESA/UFG, Maria Tereza Gomes, da Faculdade de Artes Visuais/UFG, Mariana Cunha Pereira, da Faculdade de Educação/UFG e coordenadora do grupo, Tânia

Ferreira de Torres, do Territórios da Cidadania, Veruscka Prado Alexandre, da Faculdade de Nutrição/UFG. Juntos já realizaram o Projeto Kalunga Cidadão em setembro de 2011, em resposta à solicitação de Seu Cirilo, presidente da Associação Quilombola Kalunga (MÃE). O projeto realizou diversos cursos de capacitação, além de atendimento médico e hospitalar, além de oferecer a possibilidade de regulamentação de documentos.

Em setembro de 2011, em resposta a algumas dessas demandas e constatações do Encontro de Pesquisadores Kalunga, foi realizado o Projeto Kalunga Cidadão no povoado do Engenho II. Uma iniciativa da Universidade Federal de Goiás, a pedido de Seu Cirilo, em parceria com o MinC, a EMATER, a SEMIRA, a SE-AGRO, a ANCLIVECA-GO<sup>18</sup>, a CONAB, o INCRA, o MDA, o CEASA, Girau e Prefeitura de Cavalcante, contou com atendimento jurídico e oftalmológico, painel sobre saúde bucal, biodiversidade, recuperação ambiental de área degradada com voçoroca, entre outras atividades. O intuito foi desenvolver ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos quilombolas Kalunga.

## Considerações finais

Para além do arcabouço racionalista e liberal, faz-se necessário ampliar os contornos da compreensão humana para que abarque e inclua novas categorias que se mostram cada vez mais fundamentais para a produção da vontade e da consciência, assim como para a satisfação da dignidade humana e do igual respeito, garantindo a emancipação e a autonomia. As emoções, a tradição, a religião, a cultura, o lazer, o consumo se tornam agora centrais, mesmo que tenham sido hierarquicamente postos numa escala inferior pelo arcabouço hierarquizante e cientificista que desconsidera o valor, a dinamicidade das identidades e a multiplicidade de concepções de bem viver eleitas por cada um dos indivíduos dessa teia societal.

Tal centralidade ocorre porque essa multiplicidade de interesses e motivações contradiz o universalismo formalista do igual respeito liberal, o que justifica o foco atual em pedagogias e didáticas que prezem a ludicidade e o respeito genuíno aos elementos que os atores em questão elegeram enquanto fundamentais para a formação de suas identidades durante o desenvolvimento ontogenético, a partir do contato com as instituições sociais.

Em um tempo altamente tecnológico e globalizado, o multiculturalismo se torna cada vez mais uma realidade, rompendo paradigmas ainda estabelecidos pela filosofia antiga, reiterados no projeto para a modernidade que depositara toda sua certeza de progresso na razão. Esse avanço tecnológico parece

<sup>18</sup> A Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de Goiás foi fundada no dia 14 de abril do ano de 1988, por médicos veterinários dedicados à clínica de pequenos animais, que sentiam a necessidade de uma entidade preocupada com a formação continuada dos profissionais no estado. A ANCLIVEPA surgiu então com o objetivo de ser uma entidade capaz de promover cursos e buscar novas tecnologias; além do seu objetivo científico, o lado social da entidade sempre foi valorizado, com reuniões sociais e comemorações anuais que têm como objetivo unir cada vez mais os clínicos de pequenos animais do estado. Ver ANCLIVEPA-GO (s.d.).

formalizar o discurso pós-moderno que se inicia no século XX, que já vinha abrindo caminhos para uma gnosiologia que inclui contraditória e paradoxalmente pela empiria, pela prática, uma autoridade em estabelecer verdades, mesmo que fluídas, interdependentes, plurais, fragmentadas e ambíguas, como as presentes no ambiente atual de pluralidade e diversidade cultural.

E é justamente nesse fluxo intenso de fórmulas e descarte de classificações que o setor criativo se alimenta e se consolida. A inspiração da cultura, das tradições se faz fundamental nesse processo, uma vez que seu reconhecimento possibilita a ampliação dos contornos da reflexividade, abrindo prerrogativas para que a autonomia se instaure, de modo a estimular as potencialidades e competências criativas, aproveitando a abertura do mercado para as oportunidades crescentes do emergente setor criativo.

O reconhecimento constitucional que habilitou as diretrizes multiculturais para o campo étnico-quilombola falha, no entanto, em determinar os termos desse reconhecimento, dando abertura para que diferentes posturas influenciassem os critérios de definição da etnicidade. Quando são baseados na autoatribuição, ampliam o espaço para a criatividade pulsional da cultura, como ocorre com o Engenho II, um dos primeiros povoados a se mobilizar a favor da etnicização em Cavalcante, o que delimita seu caráter particular e foco de investimento, mas, por outro lado, se os termos culturais a serem preservados forem impostos, geram uma realidade de igualitarismo formal, por um lado, e de essencialismos, por outro, deflagrando o falso reconhecimento, perpetuando em muitos casos o formalismo da diferença de forma segregativa e romântica. De qualquer modo, é essa particularidade que faz com que a comunidade Kalunga se torne eletiva para as demandas do mercado voltado para os bens simbólicos e para o retorno às tradições como resposta às demandas universalistas da globalização.

O turismo, nesse sentido, agencia o diálogo intercultural, de forma a ampliar a geração de renda local e a proteção da identidade, da cultura e de seu conteúdo material e simbólico. Essa atividade em aliança à autonomia local proporciona, então, a valorização e a visibilidade das manifestações culturais, que têm sido cada vez mais associadas ao convívio sustentável com a natureza, de onde emerge um quadro criativo de usos. No entanto, para que a população local se insira de forma autônoma na promoção desse setor, investindo seu potencial criativo na produção de um mercado voltado para a reatualização das tradições e do cerrado, do ponto de vista ético e moral, se faz necessário reconhecimento verdadeiro de sua identidade, deixando espaço para a autoatribuição como critério de vinculação identitária, mas também liberdade para gerir sua própria territorialidade, com a devida orientação democrática, visando à precedência e prioridade constitucional.

A patrimonialização tem uma afinidade eletiva, portanto, com a atividade turística por se mostrar como uma saída mercadológica que satisfaz os interesses da sociedade em salvaguardar e proteger a dinâmica cultural de comunidades como a Kalunga. Ao mesmo tempo, o turismo reinventa, reelabora, ressignifica o

patrimônio cultural, na forma de consumo, pela mercantilização desses bens e produção de novos espaços. Nesse sentido é que o patrimônio cultural Kalunga, especialmente o povoado do Engenho II em Cavalcante, tornou-se um grande atrativo para viajantes de diferentes localidades.

Essa abertura mercadológica pela valorização cultural catalisa a etnicização, que possibilita a ampliação dos contornos da subjetividade Kalunga, que na prática de sua autonomia passou a gerir em parceria com o Estado e a sociedade civil tal atividade, atraindo desenvolvimento para a comunidade, agora beneficiada por diversos projetos e políticas sociais, voltados para a economia criativa. À medida que os moradores recebem instrução de como se inserir nessa atividade, por meio de cursos de capacitação de diversas fontes, podem definir o investimento no setor de artesanato, de cultura popular, de dança, de patrimônio imaterial, de cultura afro-brasileira, de sustentabilidade e de turismo. Assim, a partir de suas potencialidades, esse povoado Kalunga passou a se organizar.

Aliar patrimonialização, mercado tradicional, turismo e ainda gerar um desenvolvimento sustentável para a população local requer a articulação das esferas culturais, políticas e econômicas, tanto no âmbito dos desenhos institucionais e de ordenação de políticas de regulação, quanto no da organização social e identitária do grupo. É possível observar que o saber local aliado aos projetos mencionados e às paisagens naturais gera um ambiente propício ao tema do desenvolvimento sustentável e da economia criativa entre os Kalunga, mas, quando esse modo de vida não é respeitado, a motivação local para a etnicização diminui.

O etnoturismo, que alimenta o mercado de artesanato e se ampara nas tradições locais, então, se mostra uma solução viável para os moradores da comunidade Kalunga, embora não haja ainda coesão do desenvolvimento dessa atividade nas demais regiões, que se deparam com inúmeros entraves. Por isso, grande parte do sítio continua pouco conhecido e explorado pelo turismo, ou agraciado pelas ações e programas políticos, especialmente aqueles povoados cuja posse territorial ultrapassa as noções de quilombo nos termos coloniais, tendo sido construídos via miscigenação com senhores de escravos brancos, legítimos proprietários daquelas terras.

Inúmeros são os fatores que contribuem para a falta de sucesso do setor criativo nas demais localidades, dentre eles: longas distâncias – algumas localidades ficam a 6 horas de caminhão em estrada de terra, que pode estar inviável para o tráfego, por causa das cheias dos rios, na época das chuvas, ou pelos buracos causados por estas; desconforto das viagens e acomodações; falta de infraestrutura para recepção dos turistas como trilhas, guias, hospedagem, transporte; despreparo e desinteresse dos moradores; fraco vínculo associativo ocasionado, entre outros motivos, pela dificuldade de comunicação entre os moradores, já que as residências ficam distantes umas das outras (cerca de 2 km de distância umas das outras); carência de informações e ausência de conhecimento em relação aos trâmites burocráticos e recepção dos turistas.

Apesar das contradições aparentes, as lideranças Kalunga de todos os povoados sabem que o lazer, a tradição e o turismo constituem novas formas de mercadoria, atividades geradoras de lucro. Mas não é só. Se analisássemos o turismo apenas pela óptica do consumo do espaço, o exame seria reducionista. Assim, para a economia criativa aliada ao etnoturismo, a emancipação se torna necessária, já que seu objetivo, além de ampliar a geração de renda, é atuar como elemento de ligação de mundos e de culturas distintas. Nessa perspectiva, a "aculturação", falta de organização, de coesão do grupo, ou imposição cultural desvalorizariam o local e seu modo de vida próprio. A essencialização agrada aos visitantes, mas incomoda muitos moradores, gerando desmotivação em relação às mudanças e oportunidades surgidas desse mercado que se consolida.

Mesmo sendo forçados os vínculos com o passado africano, por outro lado, o reconhecimento da desigualdade racial, que impulsiona o reconhecimento quilombola, atende às demandas identitárias desses grupos de afro-brasileiros, marcados pelos preconceitos, pelas discriminações e falta de oportunidades. É em torno desse ícone negro que se desenvolvem territorialidades próprias, habilitando usos criativos da natureza, dos bens, da negritude (mesmo que pelo embranquecimento), do território, das relações sociais, da religião, do clima, entre outros.

É possível compreender, então, por que o turismo se estabeleceu com maior ênfase no povoado do Engenho II. A região conseguiu formar uma liderança interessada e organizada, marcada pelo carisma, gerida pelo respeito e pela tradição, embora tais líderes tenham que lidar com as ambiguidades internas relativas à falta de compreensão dos termos da democracia, que leva à hierarquização das famílias pelo acesso aos direitos vistos como privilégios. A região conta com representantes em diversas posições sociais, na Câmara dos Vereadores Municipal, na Secretaria Municipal e Estadual de Políticas Públicas e Igualdade Racial, além de professoras das escolas, advogados, enfermeiras e empresários, entre outros profissionais.

Além do turismo, as últimas apostas têm sido na produção de sementes de baru, sabão de tinguí, instrumentos musicais, botijas de barro, cartões postais, carne de gado curraleiro, produção de quitandas com frutos do cerrado, produção de mudas, entre outros. O intuito delas, como vimos, é criar condições para que os moradores adquiram autonomia e capacidade organizativa e possam gerir e dar continuidade às iniciativas implementadas pelo governo e pela sociedade civil como um todo, até que possam ser os proponentes e até implementadores de ações, como já ocorre no Engenho II. A maioria desses cursos intenta destacar o sentido de identidade cultural, resgatar a memória, as técnicas e a tradição dos antepassados, agenciar a coesão do grupo, promover a valorização e o reconhecimento da importância de seu modo de vida, embora ainda tenham que driblar o instrumentalismo presente em suas condutas, que alimenta o abismo entre sua visão de mundo e a dos grupos que reivindicam o direito à sua própria subjetivação, o que gera visões diferentes sobre suas necessidades.

Vê-se, desse modo, que a valorização e organização local estão possibilitando a formação e consolidação de um novo

mercado, cuja essência está na reatualização do passado no presente, no que se convencionou chamar de economia criativa. A expectativa discriminatória de que essa forma de vida dos negros tradicionais já havia se extinguido, é substituída por uma expectativa romântica e nostálgica. Os visitantes motivados pela carência e ausência dessa ruralidade autêntica na rotina ultratecnológica das cidades agora consomem esse estilo de vida, justificando o foco de interesse em tais comunidades.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CLÍNICOS VETERINÁRIOS DE PEQUENOS ANIMAIS DE GOIÁS (ANCLIVEVA-GO). [s.d.]. Disponível em: <http://www.anclivepago.com.br/site/>. Acesso em: 11/12/2013.
- ARRUTI, J.M. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, Edusc, 368 p.
- BARTH, F. 1976. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: P. POUTIGNAT; STREIFF, *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Unesp, p. 185-227
- BORRELLI, E.; NESTLER, E.J.; ALLIS, C.D.; SASSONE-CORSI, P. 2008 Decoding the Epigenetic Language of Neuronal Plasticity. *Neuron*, 60(6):961-974. <http://dx.doi.org/10.1016/j.neuron.2008.10.012>
- BOURDIEU, P. 1983. Esboço de uma teoria da prática. In: R. ORTIZ, *Pierre Bourdieu*. [S.l.], Ática, 191 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- BOURDIEU, P. 1989. *Poder Simbólico*. Editora Bertrand. Rio de Janeiro. 315 p. (Coleção Memória e Sociedade)
- CARNEIRO, E. 1957. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 272 p.
- CARVALHO, J.M.D. 2002. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 250 p.
- CARVALHO, J.M.D. 2007. *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro, Novos Horizontes, Civilização Brasileira, 473 p.
- CARVALHO, K.C.N. D. 2011. *Prevalência de sinais e sintomas do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças e adolescentes da cidade de Cavalcante-GO que se identificam como Kalunga*. Goiânia, GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 103 p.
- COHEN, A. 1974. *The Lesson of Ethnicity: Urban Ethnicity*. London, Tavistock, 424 p.
- DURKHEIM, É. 2003. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 656 p.
- ELIAS, N. 1994. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 280 p.
- ENCONTRO DE PESQUISADORES DE QUILOMBOLAS KALUNGA. 2011. Disponível em: <http://pesquisadoreskalunga2011.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11/12/2013.
- FLÁVIO, L. 2010. Povo Kalunga – Guardiões da Liberdade. Notícias do MinC. 25/out. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2010/10/25/povo-kalunga-guardioes-da-liberdade/>. Acesso em: 02/08/2011.
- FIORAVANTI, M.C.S.; SERENO, J.R.B.; NEIVA, A.C.G.R.; ABUD, L.J.; LOBO, J.R.; FRANCESCANTÔNIO, D.D.; CARDOSO, W. da S.; SILVA, F.X. da.; MACHADO, J.R. de L. 2008. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO, 9, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS, 2, 2008, Brasília. Anais... Brasília, EMBRAPA, [CD ROM].
- FREUD, S. 1996 [1907]. Atos Obsessivos e Práticas Religiosas. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. 9, p. 107-117.

- FREYRE, G. 1998. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 656 p.
- GAULEJAC, V.D. 2007. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. [S.l.], Ideias e Letras, 338 p.
- HALL, C.M. 2004. *Planejamento turístico: políticas, processos e planejamentos*. São Paulo, Contexto, 296 p.
- MARINHO, T.A. 2008. *Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. Goiânia, GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 208 p.
- MARX, K. 1988. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 496 p. (Coleção Os Economistas).
- NASCIMENTO, A. 1980. *O quilombismo*. Petrópolis, Vozes, 281 p.
- NETO, J.C.D.B. 2006. *L'information des exclus: l'expérience des Calungas au Brésil*. Vincennes-Saint-Denis, França. Tese de Doutorado. Université Paris, 380 p.
- OLIVEIRA, R.C. 2003. Identidade étnica, identificação e manipulação. *Sociedade e Cultura*, 6(2):117-131.
- Perfil das Comunidades Quilombolas. Alcântara, Ivapurunduva e Kalunga. Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/Governo Federal – Programa Brasil Quilombola, 2004.
- RAMOS, A. 1953. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante Brasileiro, 252 p.
- RICCI, R. 2005. Lulismo: três discursos e um estilo. *Revista Espaço Acadêmico*, 45. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm>. Acesso em: 12/12/2013.
- RODRIGUES, R.N. 1890. Os mestiços brasileiros. *Gazeta Médica da Bahia*, 21 (9):401-407.
- SCHWARCZ, L.M. 2001. *Racismo no Brasil*. São Paulo, Publifolha, 104 p. (Coleção Folha Explica).
- SINHA, C. 2006. Epigenesis, Semiotics and the Mysteries of the Organism. *Biological Theory*, 1(2):1-4. <http://dx.doi.org/10.1162/biot.2006.1.2.112>
- SOUZA, M.L.D. 2003. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 560 p.
- TAYLOR, C. 1997. *As fontes do self*. São Paulo, Edições Loyola, 672 p.
- TAYLOR, C. 1998. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa, Instituto Piaget, 193 p.
- TEIXEIRA, J.-M. 2002. Epigênese e desenvolvimento (1). *Saúde Mental*, IV(4):6-8 p.
- TRAVESSIA ECOTURISMO. 2009. Turismo solidário na Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <http://www.travessia.tur.br/pt-br/>. Acesso em: 08/06/2011.
- VYGOTSKY, L.S. 1996. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 224 p.
- WEBER, M. 2003. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora Martin Claret, 223 p.

Submissão: 18/04/2013

Aceito: 09/10/2013